

O papel do Estado brasileiro no surgimento e ascensão do agronegócio e sua legitimação social

The role of the Brazilian State in the emergence and rise of agribusiness and its social legitimization

Reshad Tawfeiq*

Lenir Aparecida Mainardes da Silva**

Resumo: O presente trabalho parte da análise das políticas públicas voltadas à ascensão das bases do agronegócio brasileiro para colocar em questão a ideia socialmente legitimada de que este setor confere sustentação econômica ao Estado brasileiro. A hipótese do trabalho é justamente inversa, ou seja, vai no sentido de que é o Estado brasileiro que conferiu e permitiu as condições necessárias para que o agronegócio possa existir e competir no mercado global. O presente artigo tem por objetivo, portanto, demonstrar e evidenciar o protagonismo do Estado brasileiro no surgimento e ascensão do agronegócio, de modo a questionar a celebrada ideia de autonomia deste setor. O foco está na análise de políticas diretas, como crédito rural, incentivos fiscais e garantia de preços mínimos, além de políticas indiretas, como construção e melhoria da infraestrutura, pesquisa, seguro e assistência técnica agropecuária. A presente pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo, partindo-se do problema mencionado para verificar a hipótese oferecida e cumprir o objetivo apresentado, sem perder de vistas a perspectiva crítica acerca dos fenômenos estudados. Quanto às técnicas de pesquisa, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. Ao final, a contribuição identifica importantes contradições entre discurso e prática do agronegócio que merecem destaque para fazer o contraponto ao discurso hegemônico deste setor na mídia nacional, com importantes repercussões no imaginário social.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Modernização conservadora da agropecuária. Sociedade.

Abstract: This paper begins with the analysis of public policies aimed at the rise of Brazilian agribusiness to question the socially legitimized idea

* Doutor e Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduado em Direito pela UEPG. Docente do Departamento de Direito Processual da UEPG. E-mail: reshadt@hotmail.com.

** Doutora e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Graduada em Serviço Social pela UEPG. Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG. E-mail: lenirmainardes@gmail.com



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

that this sector provides economic support to the Brazilian State. The hypothesis of this work is precisely the opposite, that is, it is the Brazilian State that confers and allows the necessary conditions for agribusiness to exist and compete in the global market. The present article aims, therefore, to demonstrate and highlight the protagonism of the Brazilian State in the emergence and rise of agribusiness, in order to question the celebrated idea of the autonomy of this sector. The focus is on the analysis of direct policies, such as rural credit, tax incentives and minimum price guarantees, as well as indirect policies, such as construction and improvement of infrastructure, research, insurance and agricultural technical assistance. This research uses the hypothetical-deductive method, starting from the mentioned problem to verify the hypothesis offered and meet the objective presented, without losing sight of the critical perspective about the phenomena studied. As to the research techniques, this is bibliographical and documental research. At the end, the contribution identifies important contradictions between discourse and practice of agribusiness that deserve to be highlighted to make the counterpoint to the hegemonic discourse of this sector in the national media, with important repercussions in the social imaginary.

Keywords: Public Policies. Conservative modernization of agriculture and cattle ranching. Society.

Recebido em: 01/04/2023. Aceito em 22/08/2023.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte da análise das políticas públicas voltadas à ascensão do agronegócio brasileiro¹ para colocar em questão a ideia socialmente legitimada de que este setor dá sustentação econômica ao Estado brasileiro.

A hipótese do trabalho é justamente inversa, ou seja, vai no sentido de que é o Estado brasileiro que conferiu e permitiu as condições necessárias para que o agronegócio possa existir e competir no mercado global.

O presente artigo tem por objetivo, portanto, demonstrar e evidenciar o protagonismo do Estado brasileiro no surgimento e ascensão do agronegócio, de modo a questionar a celebrada ideia de autonomia deste setor. O foco está na análise de políticas diretas, como crédito rural,

¹Para Fernandes (2008, p. 48), o “*agribusiness* (agronegócio) consiste num complexo de sistemas que compreende agricultura, indústria, mercado e finanças”. Ainda segundo este autor, o movimento desse complexo e suas políticas formam um modelo de desenvolvimento econômico controlado por corporações transnacionais que trabalham com um ou mais *commodities* e atuam em diversos outros setores da economia. No Brasil, a trajetória histórica do agronegócio teve suas bases estabelecidas a partir do fenômeno que ficou conhecido como “modernização conservadora” da agropecuária ou “revolução verde”, entre as décadas de 1960 e 1970. Importantes autores como Brum (1988) e Delgado (2012) reconhecem a essencialidade da “modernização conservadora” na construção das bases e na consolidação do que atualmente se conhece como “agronegócio”, o que somente foi possível pela via do autoritarismo dos regimes militares, em pacto com as elites agrárias.

incentivos fiscais e garantia de preços mínimos, além de políticas indiretas, como construção e melhoria da infraestrutura, pesquisa, seguro e assistência técnica agropecuária.

Metodologicamente, a pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo como método de abordagem, partindo-se do problema mencionado para verificar a hipótese oferecida e cumprir o objetivo geral apresentado, sem perder de vista a perspectiva crítica acerca dos fenômenos estudados. O método hipotético-dedutivo se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual se formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, se testa a previsão da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese (MARCONI; LAKATOS, 2003).

No presente caso, levando-se em consideração que o artigo parte da conjectura de que é o Estado brasileiro que conferiu e permitiu as condições necessárias para que o agronegócio pudesse existir e competir no mercado global, identifica-se no método hipotético-dedutivo o melhor método para se atingir seu objetivo.

Quanto aos instrumentos e técnicas de pesquisa, trata-se de pesquisa bibliográfica e documental com a finalidade de verificar os principais autores e trabalhos publicados que discutem o assunto, para delimitar o problema em questão e verificar a hipótese levantada. Destaca-se ainda que, neste trabalho, a revisão bibliográfica partiu do método de elaboração consistente na revisão sistemática, norteadas pelos problemas e pelo contexto de expectativas levantadas. Assim, os textos foram selecionados especialmente por sua densidade teórica e perspectiva crítica, fundamentais para o objetivo geral desta pesquisa.

Ao final, a contribuição identifica importantes contradições entre discurso e prática do agronegócio que merecem destaque para fazer o contraponto ao discurso isolado deste setor na mídia nacional, com importantes repercussões no imaginário social.

O trabalho está organizado em duas seções: na primeira pretende-se discutir as políticas públicas voltadas à modernização técnica e a criação das bases do agronegócio; na segunda seção busca-se compreender o atual processo de legitimação do agronegócio na esfera da sociedade, realizado por meio de ampla difusão de suas propagandas na mídia brasileira.

AUSTERIDADE PARA QUEM? AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À MODERNIZAÇÃO TÉCNICA E A CRIAÇÃO DAS BASES DO AGRONEGÓCIO

O processo de formação das bases do modelo agronegócio no Brasil fundou-se no próprio processo de modernização técnica e obstou uma distribuição fundiária de fundo (reforma agrária) para vocalizar preferencialmente políticas que favorecessem a grande propriedade capitalista moderna. Este processo abriu caminho para a posterior consolidação do agronegócio brasileiro.

Nesta seção pretende-se investigar mais a fundo o amplo fomento do Estado brasileiro e seu imprescindível papel no processo de modernização da agricultura nacional, permitindo que fossem instituídas as bases necessárias para o surgimento e conformação do agronegócio.

O PAPEL DOS INSTRUMENTOS DIRETOS: CRÉDITO RURAL, INCENTIVOS FISCAIS E POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

A tese da “modernização conservadora” – na qual a reforma agrária foi preterida – restou vitoriosa a partir do golpe militar de 1964, dando o comando do processo produtivo agrário aos

latifundiários e a outros setores conservadores da sociedade, com amplo apoio e estímulo dos grandes grupos econômicos internacionais.²

De acordo com Delgado (2012, p. 13), o período considerado (1965-1985), “(...) constitui com muito maior clareza a etapa do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em processo de integração com a economia urbana e industrial e com o setor externo”.

A respeito da modernização técnica – liderada pelos setores mais conservadores da sociedade, e por isso também conhecida como “modernização conservadora” –, convém destacar que se trata de um processo caracterizado pela mudança na base técnica dos meios de produção utilizados pela agricultura, que passa então a empregar amplamente insumos industriais no processo produtivo (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos, etc.), bem como máquinas industriais, como tratores, colheitadeiras, equipamentos de irrigação, etc. (DELGADO, 2009).

Com isto se cria, então, uma simbiose entre indústria e agropecuária. Ocorre que esta revolução no aspecto produtivo exigia, por óbvio, amplos investimentos na modernização dos processos de produção e demandando altos recursos financeiros à maioria dos grandes e médios proprietários daquela época.

Esta lacuna no desenvolvimento da modernização técnica da agricultura brasileira suscitou a participação do Estado como importante agente promotor e propulsor da revolução tecnológica, estabelecendo-se então uma intrínseca relação de apoio entre o Estado brasileiro e as bases do agronegócio: o Estado fomentaria o novo modelo (além de garantir as bases da estrutura fundiária), enquanto que este novo modelo entregaria resultados econômicos que poderiam ser anunciados como triunfos legitimadores de um regime político ilegítimo.³

Implementou-se, assim, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), por meio da Lei nº 4.829/1965, que se constituiu como instrumento chave no fomento à produção agropecuária capitalista, ou seja, para fins de adequação da agricultura brasileira aos novos preceitos da modernização técnica. Este seria talvez o principal instrumento de fomento direto utilizado à época, inaugurando um mecanismo vigente até o presente momento.

Na economia capitalista guiada pelo sistema da economia monetária de produção, onde o sentido de intercâmbio segue a direção dinheiro-mercadoria-dinheiro, a necessidade de capital de giro tende a crescer quanto mais modernizada for a agricultura. Assim, levando-se em conta a iliquidez da produção agrícola até a fase de sua comercialização, pela própria natureza dos produtos desta atividade, fez-se necessário aos produtores um amplo processo de acesso ao capital líquido (dinheiro), para fins de suprimento da necessidade de crédito a curto e longo prazo (DELGADO, 2012).⁴

² Foi neste período, inclusive, que se editou a Lei nº 5.709/1971, que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil.

³ Veja-se como até os dias de hoje estes resultados ainda repercutem no imaginário de parte da sociedade que busca, maliciosamente, justificar a ditadura militar no Brasil, como se os fins econômicos legitimassem tal modelo.

⁴ Segundo o autor, “a principal distinção do capital fixo na agricultura, comparativamente aos processos de produção contínuos, é a sua ociosidade parcial durante o ano civil. Com isso, a rotação de parcelas do capital fixo, reduzido à forma dinheiro, somente se transfere ao valor da mercadoria por ocasião do giro do capital circulante, operado em geral uma única vez durante o ano. Essa é certamente uma situação singular, distinta da maioria dos processos industriais, onde a continuidade de giro do capital circulante possibilita uma rotação mais rápida do capital fixo, ambos reduzidos à forma dinheiro” (DELGADO, 2012, p. 41).

É neste aspecto que ganha relevância o papel do Estado no fortalecimento da modernização conservadora.⁵ Delgado, que estudou profundamente esta intrínseca relação, assevera algumas de suas principais marcas e características:

A passagem do período de crise agrária da primeira metade da década de 1960 para a modernização agrícola encontra-se fortemente documentado na formulação da política econômica do período. Percebe-se nela a grande evidência na liberalidade da política de crédito rural, a prodigalidade dos incentivos fiscais – principalmente nas desonerações do imposto de renda e do imposto territorial rural –, e ainda o aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas de fomento produtivo e comercial, dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período (SNCR, Políticas de Garantia de Preço, Proagro, Pesquisa e Extensão Rural etc.) (DELGADO, 2009, p. 59).

Neste sentido, os governos militares promoveram uma intensa política de alavancagem do setor capitalista da agricultura (agora interligado à indústria), operada por meio de instrumentos diretos, como ampla liberalidade na política de crédito rural, incentivos fiscais e política de garantia de preços mínimos, bem como por meio de instrumentos indiretos, incluindo-se aí os investimentos estatais em ampliação e melhoria da infraestrutura, pesquisa, seguro e assistência técnica agropecuária, todos mecanismos voltados à satisfação das demandas do processo de modernização técnica capitalista:

Perseguiu-se nessa política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais, mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (risco de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “revolução verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura, mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras (DELGADO, 2009, p. 59).

Criou-se, portanto, uma estrutura própria para tal finalidade, denominada de “setor público rural”, que incluía não apenas a arquitetura institucional herdada do governo Getúlio Vargas, dos anos 1930-45 e 1951-54, mas também as novidades institucionais criadas nas décadas de 1960 e 1970, ligadas à concepção funcionalista de desenvolvimento rural, como o SNCR, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), devidamente reestruturada, o Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (PROAGRO), bem como a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), entre outros, como explica Delgado (2012).

Pretende-se, portanto, aprofundar a análise destes instrumentos.

Inicialmente, com relação ao crédito, de acordo com o levantamento realizado por Ninaut, Matos e Caiado (2009), entre os anos de 1960 e 1979, houve um crescimento real de 1.588,70% no volume de crédito rural, que passou de R\$ 7,67 bilhões para R\$ 129,56 bilhões. Os referidos autores também destacam que, no ano de 1975, o crédito rural representou 83,84% do PIB agropecuário, ou seja, quase o equivalente ao resultado de toda produção agropecuária brasileira.

Por outro lado, entre 1970 e 1979, vigoraram taxas de juros reais negativas, o que favoreceu em muito a concessão de financiamentos, conforme explicam Ninaut, Matos e Caiado (2009), que,

⁵ Além, claro, da garantia da estrutura fundiária baseada no latifúndio.

aliás, demonstram também que, até meados da década de 1980, as principais fontes de recursos para financiar o crédito rural eram do Tesouro Nacional, com cerca de 80% do volume de crédito concedido. Sobre a proveniência dos recursos destinados ao crédito rural, Delgado (2012, p. 29-30) explica que:

Há um padrão de financiamento rural com predominância dos bancos estatais, taxas de juros altamente favoráveis e todo um conjunto de outros parâmetros de política financeira – orientado à produção agrícola, a que correspondeu uma forma peculiar de mobilização da liquidez econômica geral para efeito de aplicação direta no crédito rural. A esse estilo de financiamento correspondeu um papel bem especial da política monetária voltada para o setor agrícola, cuja essência consiste em transferir e subvencionar poupança financeira pública para a aplicação no crédito rural.

Esta substancial participação pública na concessão de crédito rural explica, em parte, o grave endividamento externo brasileiro ao final do período conhecido como “milagre econômico”, revelando-se num modelo altamente insustentável e com implicações extremamente negativas para a própria soberania econômica do Brasil, fato que perdurou ao longo das décadas seguintes. A partir dos dados do IPEA, verificou-se que a dívida externa brasileira praticamente triplicou no período entre 1979 e 1982, passando de cerca de US\$ 5,9 para US\$ 15,2 bilhões, em parte agravada pela consistente participação pública na concessão de crédito rural.

O que resta bastante evidente a partir desta política de liberalidade na concessão de crédito rural é a forte dependência do setor agropecuário moderno em relação a eles, exigindo ampla regulação estatal das taxas de juros, prazos, carências, políticas de garantia de preços mínimos, etc. Delgado (2012, p. 29) assinala que:

É inegável que a política monetária e financeira do Estado, e particularmente no caso brasileiro, compreende um enorme poder de determinação, simultaneamente, da produção e da demanda final. Em particular, as empresas integradas verticalmente na agricultura e na indústria, as cooperativas centrais de comercialização rural e os ramos agrícolas de alta integração com o comércio, desfrutam de condições privilegiadas de planejamento da produção, tendo, ao mesmo tempo, acesso privilegiado aos canais de financiamento do crédito rural em geral e do crédito favorecido para exportação. Ademais, o seu próprio poder de monopólio, combinado aos benefícios diferenciais da política agrícola conferem-lhes margens de lucratividade mais estáveis e generosas.

O crédito rural condiciona, assim, os níveis de produção agropecuária no Brasil, com correspondentes impactos sobre a participação dos resultados da produção agropecuária no PIB nacional.

Ademais, tanto Delgado (2012) quanto Mendonça (2013) compreendem que a integração ou conglomeração dos capitais – ou seja, a formação dos grandes monopólios agroindustriais – tiveram papel crucial na facilitação do acesso ao crédito rural oferecido pelo Estado brasileiro,⁶

⁶Para Delgado (2012, p. 34), trata-se de uma forma de organização monopolista dos mercados, “(...) mercado pela organização de *holdings*, cartéis, *trusts* e um sem número de processos de fusão e cruzamento de grandes grupos econômicos e blocos de capital, dirigidos por uma espécie de cabeça financeira que se cruza com os bancos e outras instituições financeiras do conglomerado, os quais imprimem direção à aplicação dos capitais em distintos mercados”.

representando uma articulação peculiar do capital financeiro com a agricultura, mas ao mesmo tempo perigosa para o capitalismo, como bem explica Mendonça:

(...) a chamada industrialização da agricultura gera aumento do capital constante em relação à possibilidade de exploração de mais-valia. A formação de monopólios é resultado da concorrência capitalista, mas, principalmente, da necessidade de se expandir os ativos das empresas e com isso ampliar sua capacidade de acesso a créditos. Ao mesmo tempo, os processos de fusões e aquisições de empresas do agronegócio expressam o caráter contraditório do modo capitalista de produção, pois acabam por eliminar a concorrência como força motora do desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, este movimento será necessariamente crítico, já que indica a impossibilidade de valorização do capital, que passa a depender dos sistemas de crédito e subsídios, ou do capital fictício, para se reproduzir (MENDONÇA, 2013, p. 9).

Verifica-se que foi gerado, contraditoriamente, um modelo capitalista de produção agropecuário bastante dependente dos recursos públicos, característica marcante que acompanhará a agropecuária brasileira até o seu cenário atual.⁷ Este traço da modernização conservadora já havia sido constatado por Brum (1988), que afirmou que o modelo brasileiro instalado no período da ditadura militar se enquadraria perfeitamente no chamado “modelo econômico brasileiro”, por ser capitalista, associado, dependente, concentrador, exportador e excludente.

Aliás, sobre a desigualdade nas concessões de crédito rural, voltadas especialmente aos grandes produtores e conglomerados agropecuários, Martine assinala que:

A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente; grosso modo, maiores propriedades, em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores menos capitalizados foram relegados a terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e explorando a mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantiam preços também baixos (MARTINE, 1991, p. 10).

Ademais, na mesma linha do SNCR vão a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que foi amplamente reformulada no início do regime militar,⁸ e o Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (PROAGRO).

De acordo com Schwantes e Bacha (2019), a PGPM se destinava a reduzir os riscos inerentes à própria atividade agropecuária, em especial nos casos de flutuações da produtividade ou de oscilações desfavoráveis dos preços recebidos pelos produtores, que, na prática, representavam perdas efetivas.

⁷ A análise de Delgado (2012, p. 12) vai no mesmo sentido quando este autor afirma que “Essa articulação, com caráter estatal-privado, originalmente configurada no regime militar, irá mais adiante ser reproduzida em outro contexto histórico (anos 2000)”, razão pela qual se revela a importância da análise das características deste período para a atualidade.

⁸ Sobre as principais mudanças operadas na PGPM, ver: ALMEIDA, André Martins de. **A política de garantia de preços mínimos - PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB no período após a abertura comercial: mudança institucional e novos instrumentos.** 207f. Tese - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

Assim, os impactos do risco de flutuações da produtividade foram mitigados com uma política de seguro agropecuário, enquanto o risco de flutuações de preços foi reduzido a partir da adoção de uma política de garantia de preços mínimos dos produtos agropecuários – fixados e aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) –, possibilitando a estabilidade dos preços agrícolas e a garantia de renda mínima aos produtores. Sobre os mecanismos de implementação desta política, Schwantes e Bacha explicam que:

(...) a operacionalização dessa política ocorria, basicamente, por meio de dois mecanismos: as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Empréstimos do Governo Federal (EGF). Por meio da AGF, o Governo Federal compra diretamente do produtor, ou da cooperativa de produtores rurais, os produtos amparados pela PGPM, pagando o preço mínimo de garantia na compra, caso o preço de mercado esteja abaixo do preço mínimo anunciado. Já os EGFs constituíam-se numa linha de crédito para estocagem privada do produto. O Governo Federal concedia financiamento a produtores, cooperativas e agroindústrias, com base no preço mínimo, para estocagem do produto agropecuário pelo tomador do empréstimo até o período de entressafra, com o objetivo de reduzir a concentração de oferta de produtos no período de sua safra (SCHWANTES; BACHA, 2019, p. 163).

Evidente, então, que a PGPM demandou a utilização de recursos públicos para sua execução, vinculando-se à política mais ampla de fomento da agropecuária moderna capitalista.

Todos estes instrumentos compõem, portanto, um conjunto tradicional de políticas agrícolas adotadas no Brasil para viabilizar diretamente a alternativa da modernização conservadora. Além delas, importantes políticas indiretas também foram instituídas, conforme se pretende analisar na sequência.

O PAPEL DOS INSTRUMENTOS INDIRETOS: INFRAESTRUTURA, PESQUISA, SEGURO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA AGROPECUÁRIA

Além das referidas políticas diretas de fomento à agropecuária, que praticamente patrocinaram o capitalismo no campo brasileiro, outras políticas, que serão melhor analisadas nesta subseção, também se mostraram fundamentais ao êxito desse intento, a exemplo dos investimentos estatais na ampliação e melhoria da infraestrutura, na pesquisa agropecuária voltada especialmente às novas técnicas de produção e nas concessões de seguro e assistência agropecuária.

De início, para compreender o fenômeno da ampliação e melhoria da infraestrutura faz-se necessário antes ponderar brevemente sobre a heterogeneidade estrutural do setor rural brasileiro. A partir da análise dos trabalhos de Martine (1991) e Delgado (2012), percebe-se claramente a existência de um processo desigual ou assimétrico em termos deste movimento de modernização técnica no Brasil, que aqui não pode ser ignorado.

Até porque seria bastante reducionista tratar deste processo de mudanças da base técnica da produção rural brasileira de modo uniforme, dadas ainda as amplas dimensões do território nacional, bem como as especificidades geográficas de cada região e estado. Neste sentido, Delgado (2012) destaca que este processo se concentrou regional e socialmente em sua maior parte nas regiões do sul e sudeste do país, vindo a propagar-se pelo centro-oeste apenas no decorrer da

década de 1970, pela necessidade de aumento da produção e a necessidade de expansão material da atividade agropecuária no Brasil.⁹

Para que a expansão da produção agropecuária atingisse a região centro-oeste, tornou-se imperioso realizar grandes investimentos de infraestrutura neste espaço, em especial no transporte rodoviário, para fins de escoamento da produção. Tais investimentos fizeram com que a participação da região centro-oeste no PIB agropecuário nacional saltasse de 7,4% em 1970 para 19,5% em 2009, de acordo com os estudos de Castro (2014).

Ademais, o trabalho de Medeiros e Ribeiro (2019) evidencia que o Estado brasileiro investiu cerca de 2,5%, em média, de seu PIB anual em infraestrutura voltada especialmente aos transportes (ferroviário e rodoviário) entre os anos de 1970 e 1980, percentual recorde na história do Brasil. Somando os investimentos em geração de energia, saneamento e telecomunicações, atingiu-se a média de 6,3% de investimentos em infraestrutura no Brasil na década de 1970, contra uma média de cerca de 2% ao ano nas décadas seguintes (MEDEIROS; RIBEIRO, 2019).

É claro que estes vultuosos investimentos acabaram por rapidamente esgotar a capacidade econômica do Estado brasileiro, e, especialmente, em projetar o modelo da modernização técnica, culminando inclusive no grave endividamento externo do Brasil ao final do período conhecido como “milagre econômico”, conforme já se mencionou. Este fenômeno, do “milagre econômico”, aliás, foi amplamente debatido e condenado por diversos economistas políticos brasileiros ao longo das últimas décadas, em especial por sua evidente insustentabilidade econômica, uma vez que apoiado na necessidade de amplo endividamento externo para fins de crescimento, ou, no presente caso, apenas para fins de *modernização*.¹⁰

Importa, por outro lado, verificar o papel da política de investimento estatal no desenvolvimento de pesquisas voltadas especialmente às novas técnicas de produção agropecuária. Destaca-se, neste aspecto, a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), por meio da Lei nº 5.851/1972.

O artigo 2º da referida lei dispõe sobre as finalidades da EMBRAPA, quais sejam: (I) promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agrícola do País; (II) dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola.

A pesquisa de Mengel e Aquino (2015) discute precisamente a conjuntura da criação da EMBRAPA. Como resultado, os autores puderam concluir pela “(...) formação desta empresa como parte constituinte do projeto de modernização da agricultura brasileira, momento em que se fazia necessário a modificação na forma como o conhecimento científico para a agropecuária era construído” (MENGEL; AQUINO, 2015).

⁹Fenômeno semelhante ocorreria posteriormente nas regiões norte e nordeste, com profundos impactos socioambientais negativos, conforme se tem observado.

¹⁰Fundamental destacar aqui a distinção entre *crescimento econômico* e *desenvolvimento*: o crescimento econômico desacompanhado das transformações na estrutura, ou seja, das efetivas melhorias nas condições de vida da população, não se configuraria como *desenvolvimento*, mas como mera *modernização* (BERCOVICI, 2005). Ademais, neste caso, segundo Bercovici (2005, p. 53), “(...) mantém-se o subdesenvolvimento, agravando a concentração de renda. Ocorre assimilação do progresso técnico das sociedades desenvolvidas, mas limitada ao estilo de vida e aos padrões de consumo de uma minoria privilegiada”.

Sobre os propósitos na criação da EMBRAPA, explicam ainda estes autores que a empresa teve uma inovadora e importante atuação no que diz respeito ao processo de integração técnica entre agricultura e indústria:

(...) o objetivo central da empresa, no momento de sua criação, não era o de estabelecer novos conhecimentos para tornar a agricultura mais produtiva, como uma condição para a melhora da vida dos agricultores, mas sim o de pensar em sistemas de produção que tivessem incluídos agricultores, fabricantes de maquinários, insumos e beneficiadores de produtos agrícolas. A antiga instituição, o DNPEA já produzia conhecimentos muito relevantes, traduzidos em tecnologias, como mostram os resultados relatados por Rodrigues (1987) ou Mendonça (2012), entretanto, eram conhecimentos voltados à agricultura como setor autossuficiente e não voltados à agricultura como parte de um complexo agroindustrial. Como ressalta Alves (1975), eram conhecimentos gerados sob outros princípios. O surgimento da EMBRAPA é parte da construção do entrelaçamento entre setores industriais e agrícola, processo que hoje é considerado quase como uma evolução natural para uma agricultura moderna, mas que foi bastante complexo e não teria ocorrido sem a transformação da pesquisa brasileira (MENGEL; AQUINO, 2015, p. 10).

Ou seja, parece evidente o deslocamento de foco operado nas pesquisas agropecuárias a partir da criação da EMBRAPA, deixando-se de lado a perspectiva meramente agrônômica para se focar numa abordagem mais ampla do ponto de vista econômico e ligada à integração dos setores (abordagem sistêmica), aspecto fundamental do conceito de agronegócio.

Neste sentido, o produto final da pesquisa torna-se o sistema de produção ou pacote tecnológico de utilidade para todo o sistema agroindustrial e não mais uma tecnologia específica destinada a um produtor, ou outro ator específico localizado na cadeia produtiva (MENGEL; AQUINO, 2015).

Já em relação ao impacto da EMBRAPA na produção de conhecimento científico voltado ao avanço do novo modelo agropecuário brasileiro, Mengel e Aquino (2015) destacam que, em 1996, cerca de 44% dos pesquisadores na área da agropecuária eram empregados pela EMBRAPA, ao passo que 37% eram empregados por agências estaduais, 11,9% por instituições de ensino superior, 1,5% por empresas privadas nacionais e 1,9% por empresas privadas multinacionais, sendo que o restante era empregado por instituições sem fins lucrativos.

Ou seja, demonstram os referidos autores que 93,3% dos pesquisadores na área da agropecuária eram vinculados ao setor público, mas desenvolvendo pesquisas em prol do setor privado da agropecuária capitalista.

Por outro lado, implementou-se também no período da modernização conservadora o Programa de Apoio à Atividade Agropecuária (PROAGRO), instituído pela Lei nº 5.969/1973, e que, por sua vez, dispunha de dois importantes instrumentos de apoio destinados à agropecuária capitalista: o primeiro deles consistia em “(...) exonerar o produtor rural do cumprimento de obrigações financeiras em operações de crédito rural de custeio, no caso de perdas de receitas motivadas pelas adversidades naturais inerentes à exploração agropecuária” (BACEN, s.d., n.p.), ou seja, tratava-se de instrumento que garantia um seguro público destinado ao produtor rural, que ficava então exonerado de adimplir o financiamento do crédito rural em caso de perdas de receitas decorrentes de adversidades naturais que comprometem a produção.

Ademais, o PROAGRO também se destinava a “(...) promover o aperfeiçoamento das técnicas de produção, mediante incentivo à utilização de tecnologia atualizada, capaz de assegurar os rendimentos programados (...)” (BACEN, s.d., n.p.). Assim, buscava-se também por meio do PROAGRO a disseminação do conhecimento necessário para que o produtor rural pudesse dominar e operar as novas técnicas instituídas pela revolução verde, além de assistência técnica direta aos produtores.

Na mesma linha do PROAGRO, criou-se, em 1975, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que reorientou o serviço de assistência técnica e extensão rural,¹¹ executado pelas empresas estaduais (as EMATER), visando a descentralização e a:

(...) disseminação do pacote tecnológico, composto por sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos e mecanização. Nessa época, a Ater integra o conjunto de instrumentos de política de modernização da agricultura brasileira, ao lado do crédito rural subsidiado, da pesquisa e dos incentivos para implantação de indústrias de máquinas e insumos agrícolas. À extensão rural coube o papel de agente de mudança da mentalidade dos produtores, incentivados a deixar práticas consideradas tradicionais e adotar tecnologias de produção baseadas no padrão agroquímico. Nesse período, amplia-se a abrangência dos serviços de Ater, que passam a chegar a cerca de 80% dos municípios brasileiros (AGÊNCIA SENADO, s.d., n.p.).

Neste sentido, o crédito rural e os incentivos fiscais, a política de preços mínimos, os investimentos em infraestrutura, pesquisa, seguro e assistência agropecuária compõem um conjunto tradicional de políticas adotadas no Brasil que explicam, em grande parte, a aceleração do processo de modernização técnica e sua forte expansão desde a segunda metade da década de 1960 (SCHWANTES; BACHA, 2019).

E tais políticas só poderiam resultar na indução de uma “modernização compulsória”, como afirma Martine (1991, p. 10), e que revelam, portanto, a intrínseca relação entre Estado brasileiro e as bases do agronegócio (latifundiários e capital financeiro), num verdadeiro pacto de economia política (DELGADO, 2012).

O resultado, no entanto, e como já se afirmou, é a constituição de um modelo capitalista de produção agropecuária extremamente dependente dos recursos públicos e condicionado à existência de políticas públicas orientadoras, característica marcante que acompanhará a agropecuária brasileira até o seu modelo atual (agronegócio).

Todo este cenário evidencia, portanto, a intrínseca relação entre Estado e agronegócio, bem como a própria insustentabilidade econômica deste setor, que jamais poderia operar sem

¹¹ Em seu trabalho, Peixoto (2008) propõe que o termo *extensão rural* pode ser conceituado de três formas diferentes: como processo, como instituição e como política. Como processo, “(...) extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. (...) Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica” (PEIXOTO, 2008, p. 7); como instituição, a “(...) extensão rural é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de Ater nos estados” (PEIXOTO, 2008, p. 8); por fim, “O termo extensão rural também pode ser entendido como uma política pública. Neste caso referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas” (PEIXOTO, 2008, p. 8).

uma apropriação significativa dos créditos públicos e sem a participação do Estado via incentivos fiscais, conforme mencionado na subseção anterior.

“O AGRO É POP”: A ERA DA LEGITIMAÇÃO SOCIAL DO AGRONEGÓCIO

Passado o período de quase duas décadas de crise econômica e de Estado (1980-2000), a estratégia de acumulação de capital via produção e exportação de *commodities* (agronegócio) retornou com força a partir dos anos 2000, novamente com amplo apoio do aparelho Estatal, sem o qual dificilmente o modelo vingaria.

Abordou-se, ao longo da seção anterior, a série de políticas públicas e demais ações voltadas ao fomento e consolidação do agronegócio, que, atualmente, para o bem ou para o mal, é parte da realidade brasileira, com diversas implicações econômicas, sociais e ambientais.

Por outro lado, deve-se compreender o atual processo de legitimação do agronegócio na esfera da sociedade, realizado por meio de ampla difusão de suas propagandas na mídia brasileira.

A primeira parte deste artigo esteve mais focada no relevante papel do Estado brasileiro na efetivação do processo de modernização conservadora da agropecuária. Mas vale observar que, atualmente, não é apenas por meio do Estado que o agronegócio busca se realizar.

A construção e difusão de uma imagem moderna e positiva do ponto de vista econômico, social e ambiental são parte das renovadas estratégias do agronegócio, que mais uma vez procura se colocar como modelo *standard*, apresentando-se para a sociedade como única ou melhor alternativa de desenvolvimento para o Brasil.

A presente seção se incumbe de abordar algumas configurações deste fenômeno a partir de três eixos: econômico, social e ambiental. Esta abordagem será fundamental para as reflexões que se pretende a fazer ao final. A opção pela análise centrada nos eixos econômico, social e ambiental decorre de sua identificação enquanto categorias centrais no próprio discurso atual do agronegócio brasileiro, que se coloca como imprescindível à economia nacional, bem como o modelo ideal para o desenvolvimento social e ambiental, ou seja, enquanto modelo de desenvolvimento sustentável.

Este discurso, que vem penetrando profundamente no imaginário social, será apresentado e analisado nas próximas duas subseções.

REPERCUSSÕES DE CARÁTER ECONÔMICO

Importa observar, inicialmente, que não é novidade o fato de o setor do agronegócio buscar se difundir por meio da mídia brasileira, fenômeno que ocorre desde a sua primeira fase, ainda na década de 1980.¹²

Entretanto, foi apenas recentemente, a partir de 2016, que a visibilidade do agronegócio alcançou projeção nacional inédita, especialmente a partir do famoso projeto publicitário

¹² A pesquisa de Santos, Silva e Maciel (2019, p. 52) lembra que: “(...) eles [emissoras e programas na televisão aberta e fechada destinados à discussão do setor rural] começaram a surgir no momento da reestruturação do Brasil rural, no final do século passado, com o avanço da modernização agrícola, quando o rural estava ganhando destaque na economia por meio do agronegócio. Entre emissoras e programas que surgiram entre o final do século XX e o início do século XXI, e hoje são referência na elaboração, transmissão e difusão do modelo de negócio agropecuário hegemônico no Brasil, estão Canal do Boi (1995); Canal Rural (1997); TV Terra Viva (2005), canal de bastante destaque na televisão fechada e em plataformas na internet; e o pioneiro programa jornalístico Globo Rural (1980), da Rede Globo de Televisão”.

denominado “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, da Rede Globo, que logrou grande êxito em penetrar no imaginário social e levar o agronegócio até a quem antes jamais tinha ouvido dele falar.

As peças publicitárias da referida campanha, transmitidas em horários nobres e ao longo de toda programação da Rede Globo, enfatizam os supostos resultados positivos gerados pelo agronegócio nas dimensões econômica, social e ambiental, referenciando-o como um modelo de negócio de sucesso para a economia brasileira e do qual a campanha “Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo” faz parte: “(...) observa-se que a propaganda, dentro da campanha publiciditória ‘Agro é *tech*, agro é *pop*, agro é tudo’, busca criar uma imagem moderna e positiva do sistema capitalista no campo (...)” (SANTOS; SILVA; MACIEL, 2019, p. 57).

O trabalho de Santos, Silva e Maciel (2019) analisou detidamente o conteúdo das peças publicitárias da campanha e menciona que:

As peças têm como formato padrão a apresentação da importância dos produtos agrícolas vindos do campo para consumo da sociedade brasileira. Além disso, enfatizam a quantidade de empregos em determinada atividade agrícola, como também o valor que cada produção movimenta na economia (SANTOS; SILVA; MACIEL, 2019, p. 56).

Por outro lado, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) também destaca em seus canais de comunicação, em especial em sua página eletrônica, os benefícios econômicos gerados pelo agronegócio, tratando-o como imprescindível para a economia nacional. Esta perspectiva de discurso também é largamente utilizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMRA).

Todos estes mecanismos de construção de uma imagem positiva frente à sociedade vêm tornando cada vez mais recorrente a afirmação de que “- *O agronegócio carrega o país nas costas*”, conforme se mencionou. Esta ênfase também é verificada a partir do slogan da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA): “Agro Forte, Brasil Forte”. Além disto, ao tratar do panorama do agronegócio, a CNA enfatiza que:

Produzindo excedentes cada vez maiores, o agro expandiu suas vendas para o mundo, conquistou novos mercados, gerando superávites cambiais que liberam a economia brasileira. O efeito transformador da revolução agrícola dos últimos 40 anos é certamente o fato mais importante da história econômica recente do Brasil e continua abrindo perspectivas para o desenvolvimento futuro do país. O agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2016, a soma de bens e serviços gerados no agronegócio chegou a R\$ 1,3 trilhão ou 23,6% do PIB brasileiro. Essa participação tem crescido nos últimos anos. Era de 20,4% em 2014 e de 21,4% um ano depois. Ou seja, não fosse a expansão do agronegócio, a retração da economia brasileira - -3,8% em 2015 e -3,6% em 2016 - teria sido ainda pior (CNA, 2019, n.p.).

Percebe-se, portanto, que a dimensão econômica ganha centralidade no discurso ufanista dos defensores do agronegócio e no próprio Estado, vez que até mesmo o MAPA afirma que “O agronegócio é a locomotiva da economia, sendo responsável por um em cada três empregos e 21,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017” (MAPA, 2019, n.p.).

Outro dado importante do qual o agronegócio se orgulha diz respeito à geração de saldos positivos na balança comercial (até porque guarda relação com sua principal função na economia brasileira, que é a de exportar *commodities*), conforme afirma a CNA:

Quanto ao comércio internacional – 44,1% das exportações brasileiras, em 2017, foram de produtos do agronegócio – também há forte contribuição do agronegócio para o desempenho da economia brasileira. (...) desde 2007 o superávit comercial do agronegócio brasileiro tem mais que superado o déficit comercial dos demais setores da economia brasileira, e garantido sucessivos superávits à Balança Comercial brasileira (CNA, 2019, n.p.).

Além disto, a CNA destaca também que:

Atualmente, o Brasil é o quarto maior exportador mundial de produtos agropecuários, aproximadamente USD 96 bilhões, atrás apenas da União Europeia, EUA e China. Esse desempenho comercial superavitário com o resto do mundo, tem contribuído de forma decisiva para a estabilidade da taxa de câmbio e para a continuidade da política de flexibilização da política monetária – a taxa SELIC já caiu 7,5 p.p desde outubro/2016 -, com reflexos importantes nos menores custos de crédito para toda a sociedade brasileira (CNA, 2019, n.p.).

Houve, portanto, nestes últimos anos, um fortalecimento do discurso em torno das supostas qualidades econômicas do agronegócio, tido como sinônimo de modernidade e de progresso em grande parte do imaginário social. Mais do que isso, percebe-se inclusive um certo tom de chantagem neste discurso, como se o Brasil não tivesse alternativa além do agronegócio e como se a economia do país não sobrevivesse se não fossem pelos resultados deste setor.

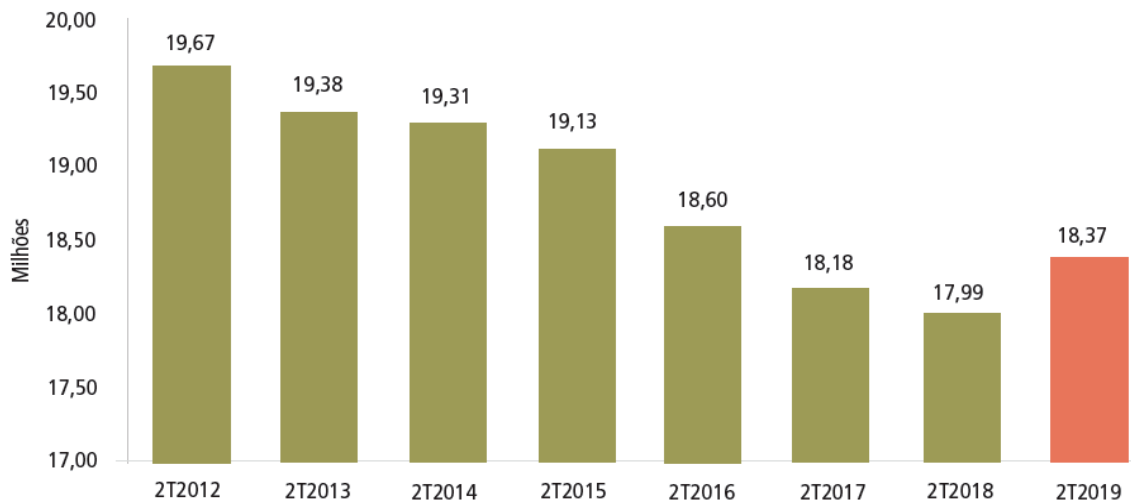
REPERCUSSÕES DE CARÁTER SOCIAL E AMBIENTAL

Além dos resultados econômicos, amplamente exaltados pelo agronegócio e inclusive pelo próprio Estado brasileiro – que aliás é o seu maior parceiro, conforme se demonstrou na seção anterior –, o setor agropecuário capitalista também defende em seu discurso a promoção do desenvolvimento social e ambiental.

O MAPA (2019) afirma que o agronegócio é responsável por um em cada três postos de trabalho no Brasil em 2017. No mesmo sentido a CNA, que destaca que:

O setor absorve praticamente 1 de cada 3 trabalhadores brasileiros. Em 2015, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 32,3% (30,5 milhões) do total de 94,4 milhões de trabalhadores brasileiros eram do agronegócio. Desses 30,5 milhões, 13 milhões (42,7%) desenvolviam atividades de agropecuária, 6,43 milhões (21,1%) no agrocomércio, 6,4 milhões (21%) nos agrosserviços e 4,64 (15,2%) na agroindústria (CNA, 2019, n.p.).

Os dados divulgados pela CNA, contudo, não condizem com aqueles publicados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP), também retirados a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Veja-se:

Figura 1 - População ocupada no agronegócio no segundo trimestre de cada ano – 2012-2019

Fonte: CEPEA (2019, p. 3).

De toda forma, percebe-se no discurso uma exaltação em relação aos referidos números, ainda que entre 2012 e 2018 sejam verificadas sucessivas quedas na quantidade de população ocupada no agronegócio. Além disso, observa-se que os atores ligados ao setor não divulgam dados qualitativos e mais aprofundados em relação às suas dinâmicas sociais, em especial no quesito geração de trabalho e renda.

Aliás, uma grande característica do *marketing* do agronegócio diz respeito à omissão dos aspectos negativos do setor (estratégia previsível do marketing tradicional), a exemplo das disputas sociais em torno da questão agrária, como já verificado por Martine:

Omite-se, propositalmente, qualquer referência ao conflito de interesses entre distintos grupos de produtores. Desapareceram, na linguagem da forte campanha empreendida em todo o Brasil, as categorias de “latifundiários” e “fazendeiros”, assim como os conceitos de “estrutura fundiária”, “interesse social” e “sem-terra”. Desapareceram também, como num passe de mágica, as diferenças enormes entre latifundiários, pequenos proprietários, “minifundistas”, arrendatários ou meeiros: todos agora são “produtores rurais”, engajados na cruzada da modernização do processo de produção. Supervaloriza-se a imagem do novo, do técnico, do moderno, do empresarial; tudo que representa um obstáculo ao “moderno” deve ser rejeitado, desprezado ou atacado. Os meios de comunicação de massa quase nada dizem a respeito de outros tipos de movimentos ou grupos de interesse no campo, a não ser para criar o temor da desordem, da bagunça, da ilegalidade e da ameaça representadas por eles (MARTINE, 1991, p. 33-34).

Entretanto, Martine (1991) também assinalou que a euforia dos recordes de safras contribuiu para fortalecer a imagem de uma agricultura moderna, autossuficiente, e de consequências sociais inevitavelmente benéficas, no sentido de que os benefícios deste setor trariam, naturalmente, resultados positivos para o conjunto do tecido social.

Importa verificar também o forte apelo dado à importância do agronegócio na produção de alimentos. Sobre este aspecto, Santos, Silva e Maciel (2019), que analisaram detidamente o

conteúdo das peças publicitárias do agronegócio, mencionam que: “ao longo da peça publicitária ‘Agro é tech, agro é pop, agro é tudo’, o setor do agronegócio é tido como principal responsável pela garantia da empregabilidade e segurança alimentar do país (...)” (SANTOS; SILVA; MACIEL, 2019, p. 57). A CNA, por sua vez, afirma que:

Nos últimos 40 anos a produção agropecuária brasileira se desenvolveu de tal forma que o Brasil será o grande fornecedor de alimentos do futuro. Temos, hoje, uma agricultura adaptada às regiões tropicais e uma legião de produtores rurais conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente aliadas à produção de alimentos. Essas pessoas compõem o setor produtivo mais moderno do mundo, que vem transformando a economia brasileira. Produzindo cada vez mais, o Agro brasileiro reduziu drasticamente o preço da alimentação, melhorando a saúde e qualidade de vida da população urbana, liberando seu poder de compra para bens produzidos pela indústria e pelo setor de serviços (CNA, 2019, n.p.).

O agronegócio se coloca, então, como o grande fornecedor de alimentos do país, o “celeiro do mundo”, responsável pela segurança alimentar da sociedade brasileira e de parte da população mundial. O tom de chantagem no discurso do setor, já mencionado quando se abordou seu aspecto econômico, retorna aqui.

O crescimento populacional e as pressões pelo acesso a alimentos no mundo são utilizados, portanto, como argumentos legitimadores da presença e da necessidade de fomento ao modelo agronegócio, sem o qual os brasileiros não teriam o que comer, ainda que grande parte da produção seja destinada à produção e exportação de biocombustíveis e de matéria prima para produção de ração animal, o que não contribui para a resolução da questão alimentar brasileira.

Percebe-se, por fim, que o agronegócio brasileiro também vem buscando atrelar sua imagem à noção de desenvolvimento sustentável, ao propagandear a adoção de práticas sustentáveis, conforme se verifica da própria peça publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Esse discurso do agronegócio brasileiro tem muito a ver com o cenário do mercado internacional de *commodities*, que vem demandando por produtos cuja origem de seus processos produtivos seja ecologicamente correta.

E neste ponto a alegada sustentabilidade ambiental do agronegócio guarda estreita relação com a adoção de tecnologias agrícolas que, em tese, seriam menos agressivas ao meio ambiente. Neste sentido, a partir de seu próprio discurso, verifica-se uma intenção mais ousada por parte do agronegócio, que busca se colocar como solução global não apenas para a agricultura, mas também para a sociedade e suas questões econômicas, sociais e ambientais.

CONCLUSÕES

A presente pesquisa partiu da análise das políticas públicas voltadas à ascensão do agronegócio brasileiro e colocou em questão a ideia socialmente legitimada de que este setor dá sustentação econômica ao Estado brasileiro.

O objetivo foi o de demonstrar e evidenciar o protagonismo do Estado brasileiro no surgimento e ascensão das bases do agronegócio, de modo a questionar a celebrada ideia de sua autonomia. A hipótese do trabalho – que foi no sentido de que é o Estado brasileiro que conferiu e permitiu as condições necessárias para que o agronegócio possa existir e competir no mercado global – se concretizou, pois, por tudo quanto foi exposto, restou evidente que agronegócio e seus

resultados tão aclamados somente subsistiram em razão da ampla contribuição direta e indireta do Estado brasileiro, e, em última análise, da própria sociedade brasileira.

Esta dependência do Estado revela a própria contradição no discurso ufanista de autonomia do agronegócio, que alega “carregar o Brasil nas costas”. Em verdade, a partir de tudo que se abordou no presente artigo e dos dados apresentados, defende-se a ideia de que “é o Brasil que carrega o agronegócio nas costas”, pois foi o Estado brasileiro que permitiu sua ascensão e conformação.

O discurso falacioso – pregado pelo próprio setor na mídia de forma mais intensa ao longo dos últimos anos – tem avançado fortemente no imaginário social, onde também busca legitimação para seguir dependendo das políticas do Estado.

Mostra-se fundamental, portanto, como outros trabalhos também devem fazer a partir de outras perspectivas, que se coloque em evidência as contradições entre discurso e prática do agronegócio para que se possa fazer o contraponto ao discurso hegemônico deste setor na mídia nacional, com importantes repercussões no imaginário social, de modo a possibilitar a ascensão de modelos mais sustentáveis de produção no campo, especialmente a agroecologia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO, [s.d.]. **Serviço de extensão rural está presente no campo há mais de 50 anos.** Disponível em: http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/quadros/qd_063.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

ALMEIDA, André Martins de. **A política de garantia de preços mínimos - PGPM e a atuação da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB no período após a abertura comercial: mudança institucional e novos instrumentos.** 207f. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

BACEN, [s.d.]. **Programa de Garantia da Atividade Agropecuária PROAGRO – Relatório Circunstanciado 2012 a 2015.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/estabilidadefinanceira/Documents/proagro/relatorios_proagro/PROAGRO-relatorioCircunstanciado2012a2015.pdf. Acesso em: 03 set. 2022.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988.** São Paulo: Malheiros, 2005.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.

CASTRO, César Nunes de. **A agropecuária na região centro-oeste: limitações ao desenvolvimento e desafios futuros.** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CEPEA, 2019. **Mercado de trabalho do agronegócio brasileiro.** Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/2019_2%20TRI%20Relatorio%20MERCADODETRABALHO_CEPEA.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

CNA, 2019. **Panorama do agro.** Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>. Acesso em: 08 set. 2022.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2009.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século.** Porto Alegre, UFRGS, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAPA, 2019. **Agropecuária brasileira em números**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/agropecuaria-brasileira-em-numeros>. Acesso em: 05 set. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Revista Lua Nova**. São Paulo, v. 29, n. 23, p. 7-37, 1991.

MEDEIROS, Victor; RIBEIRO, Rafael Saulo Marques. **Investimento em infraestrutura: uma estrada para o desenvolvimento**. Disponível em: https://www.valor.com.br/sites/default/files/infograficos/pdf/CepalEnsaio2_03012019.pdf. Acesso em: 05 out. 2022.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. **Modo capitalista de produção e agricultura: A construção do conceito de agronegócio**. 217f. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MENGEL, Alex Alexandre; AQUINO, Silvia Lima de. A modernização da agricultura e a criação da EMBRAPA: transformações na pesquisa agropecuária brasileira. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia/MG, v. 10, n. 21, p. 4-27, ago., 2015.

NINAUT, Evandro Scheid; MATOS, Marcos Antônio; CAIADO, Rodrigo Chaer. O crédito rural no Brasil: evolução e panorama atual. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, Ano XVIII, n. 03, p. 39-49, jul./ago./set., 2009.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Brasília: Senado Federal, 2008.

SANTOS, Anderson David Gomes dos; SILVA, Danielle Viturino da; MACIEL, Kleciane Nunes. A campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil. **Revista eletrônica internacional de economia política da informação da comunicação e da cultura (EPTIC)**. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 46-61, jan./abr., 2019.

SCHWANTES, Fernanda; BACHA, Carlos José Caetano. Análise da formulação da política de garantia de preços mínimos no Brasil pela ótica da economia política. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 161-192, jan./abr., 2009.